

Unesco reconhece patrimônio documental da Comissão de Anistia como memória do mundo

Unesco 03 de Novembro de 2015 , 5:34



Unesco reconhece patrimônio documental da Comissão de Anistia como memória do mundo

O acervo documental da Comissão e Anistia é um patrimônio de interesse público, único no Brasil sobre a ditadura

Brasília, 29/10/15 - O Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo (MOWBrasil) elegeu o patrimônio documental da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça como parte do registro regional do Programa Memória do Mundo da UNESCO. A 16ª reunião do comitê em Quito, Equador, avaliou as coleções de documentos que devem ser inscrito no registo designado como o "patrimônio documental da América Latina e do Caribe", que dá nome ao programa.

Dentre os critérios analisados pelo Comitê, foram averiguados quesitos como a preservação, significado social do acervo para a sociedade, detalhes de catalogação e registro, entre

outros pontos. A inclusão no Programa Memória do Mundo vai proporcionar maior divulgação e conhecimento acerca do patrimônio documental da Comissão de Anistia.

O acervo documental da Comissão e Anistia é um patrimônio de interesse público, único no Brasil sobre a ditadura. Os cerca de 75 mil requerimentos que a Comissão de Anistia reuniu ao longo de sua história compõem um acervo gerado a partir da constituição de testemunhos pessoais. As histórias trazem à tona as perseguições sofridas, a narrativa histórica sob o ponto de vista dos atingidos. A documentação também é uma mostra da dimensão da reparação dessas vítimas, que se traduz em reconhecimento social e público da militância exercida contra a ditadura, além dos efeitos que o regime ditatorial produziu em suas vidas.

Sobre o Programa Memória do Mundo - A reunião teve a participação de especialistas de diferentes países do Comitê MOWBrasil Regional, para avaliar um total de 21 propostas de 12 estados-membros: o Brasil com cinco indicações; México, com três; Bolívia, Colômbia e Paraguai, teve duas indicações, respectivamente; enquanto Argentina, Equador, El Salvador, Jamaica, Peru, República Dominicana e Trinidad e Tobago, participou com uma proposta cada.

As 21 indicações incluem linguística, social, cultural, religiosa, antropológica, literária e dos direitos humanos parece, cujo eque mídia original que vão desde manuscritos, impressos, cartográfico, fotográfico, áudio, etc. produzido a partir do século XVI até os dias atuais.

Fonte: Ministério da Justiça

[Enviar para impressão](#)